



Parecer 159/2026/CJA
Processo Administrativo 0042804/2025

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E
CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEI
14.133/2021. LEI COMPLEMENTAR 123/2006.
ANÁLISE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO.
MINUTA DE EDITAL E MINUTA DE
CONTRATO. APROVAÇÃO. RESSALVAS.

Senhora Consultora-Chefe,

1. Trata-se de análise da proposta de regulamentação do Pregão Eletrônico 005/2026 (5055108), que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviço de chaveiro, mediante fornecimento de material e mão de obra pela Contratada.
2. A proposição de contratação foi elaborada pelo Núcleo de Contratações e Convênios de Segurança e Inteligência - NUCESI, unidade organicamente subordinada à Coordenadoria de Policiamento - COPOL, que por sua vez, se encontra atrelada à Secretaria de Segurança e Inteligência - SESI, nos moldes do Despacho NUCESI 4859856.
3. Compulsando os autos, verifica-se que a contratação foi incluída no Plano de Contratações Anual 2026, sob o registro SESI_018 (com valor inicial autorizado de R\$ 288.709,70; DFD 4783975; Autorização 4999942), consoante exigido pelo art. 12, inciso VII, da Lei 14.133/2021.
4. Visando instruir a fase preparatória do processo licitatório, caracterizada pelo planejamento, nos termos do artigo 18 da Lei 14.133/2021, foram juntados pela área técnica demandante, entre outros, os seguintes documentos:

Documento	Número SEI
a) Estudo Técnico Preliminar, consoante art. 18, §1º, da Lei 14.133/2021.	4855257 e 4990879 (atualizado)
b) Relatório de pesquisa de preço, nos termos do art. 4º da Portaria GPR 1583/2024	4855241 e 4855246
c) Termo de Referência atualizado, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei 14.133/2021.	4855262 e 5001539 (atualizado)
d) Indicação Gestores e Fiscais Contrato	5001500
e) Mapa de Riscos de Planejamento da contratação	4869692 e 4891639 (atualizado)

5. Verifica-se que o coordenador da unidade administrativa interessada na contratação lançou conhecimento quanto ao teor do Termo de Referência atualizado (5001539). Embora o Secretário de Segurança e Inteligência deste Tribunal não o tenha feito expressamente, infere-se sua ciência plena dos termos da contratação, como também da pesquisa de preços realizada, a partir de suas manifestações nos autos (4863253 e 4950672); estando, então, respeitados os termos do art. 18 da [Portaria GPR 1583/2024](#). *In verbis*:

Art. 18 A assinatura do termo de referência pelo coordenador e pelo secretário da área demandante, ou por ocupantes de cargos equivalentes, atestará a ciência plena dos termos da contratação e da pesquisa de preços, assim como a anuência sobre o prosseguimento do feito.

6. Outrossim, por meio de orientação emanada da SEMA (4866005), o Núcleo Permanente de Suporte à Pesquisa de Preços e aos Estudos Técnicos Preliminares das Contratações - NUPEC, atendendo à disposição constante do artigo 127 da [Resolução 2 de 16 de março de 2021](#); art. 23, §1º, da Lei 14.133/2023 c/c o artigo 17 da Portaria GPR 1583/2024, após examinar o estudo técnico preliminar apresentado pelo NUCESI, quanto à adequação, suficiência e conformidade com os atos normativos vigentes, como também quanto à sua compatibilidade com o termo de referência proposto, elaborou a Planilha de Análise de Preços (4882013).

7. No curso da instrução processual, o NUPEC consignou a inviabilidade do exame acerca da pesquisa de preços, sob o fundamento de que a maior parte dos itens apresentava apenas um único orçamento válido, sendo necessário o retorno dos autos ao NUCESI, para ciência e deliberação, conforme pormenorizado nos esclarecimentos constantes do Despacho 4882844. Confira-se:

[...]

Tendo em vista que a contratação possui valor inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), em obediência ao art. 14 da Portaria GPR 1583/2024, este NUPEC resta dispensado da ampliação da pesquisa de preços.

Ato contínuo, destaca-se que restou prejudicada a análise preconizada no art. 15 da Portaria GPR 1583/2024, uma vez que existe apenas um preço válido para a maioria dos itens, conforme planilha juntada ao doc. 4882013.

Dá análise da planilha, seguem algumas observações:

- a) Para os itens 44 e 45 não consta nenhum preço pesquisado, tendo em vista que a única proposta juntada aos autos não contemplou cotação para tais itens;
- b) Os demais itens contam com apenas um preço válido, sendo proveniente de proposta de empresa do ramo.
- c) Para o item 51 foi utilizado o valor definido pela unidade demandante, cuja metodologia consta ao tópico II e Anexo I do TR, 4881850, conforme tratado acima.

Registra-se, ainda, que não consta nos autos a indicação dos gestores e fiscais do contrato.

Não se observa nos autos a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e a boa execução contratual, consoante inciso X, art. 18 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 14.133/2021. Observa-se apenas, ao doc. 4869692, o Mapa de Riscos confeccionado pelo NULIC.

Diante do exposto, seguem os autos com sugestão de encaminhamento ao NUCESI para:

- 1) Esclarecer sobre o documento 4881756, que, embora esteja nomeado como Estudo Técnico Preliminar, na árvore do processo e no título inicial do próprio documento, seu conteúdo é similar ao Termo de Referência anexado ao doc. 4881850, sendo que a análise deste NUPEC foi baseada no doc. 4855257;
- 2) Juntar nova versão do ETP que contemple o preenchimento do tópico 16, referente ao posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;
- 3) Manifestar-se sobre a não utilização do preço atualmente contratado pelo TJDFT para formação da média estimativa, em razão da manifestação da empresa BIG CHAVES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CHAVES, quanto ao desinteresse em prorrogar o contrato atualmente vigente no TJDFT, tendo em vista os custos envolvidos, 4786232;
- 4) Manifestar-se sobre a ausência de preços para os itens 44 e 45, frisando-se a necessidade de esclarecer como os mesmos serão estimados para a futura contratação;
- 5) Juntar aos autos a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e a boa execução contratual, consoante inciso X, art. 18 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 14.133/2021;
- 6) Diante das justificativas a serem apresentadas, complementarmente ao despacho NUCESI, 4859856, retornar os autos para nova análise e encaminhamento para deliberação superior, conforme o paragrafo único do artigo 16 da Portaria GPR 1583/2024.

8. O Núcleo de Licitações - NULIC, por sua vez, realizou análise preliminar do Termo de Referência - TR e dos demais artefatos que integram os autos, consignando as ponderações consideradas pertinentes (4869693). Além disso, juntou aos autos o Mapa de Riscos da Seleção de Fornecedores (4869692), bem como elencou os servidores que devem compor a equipe de apoio destinada a auxiliar o agente de contratação (pregoeiro), com a respectiva ciência dos indicados no referido documento, nos termos do artigo 9º da [Portaria GPR 586/2025](#), tudo nos termos do Despacho NULIC 4869693.

9. Em prosseguimento, por meio da SEMA (4888203), os autos retornaram ao NUCESI, que, após o exame das considerações técnicas supracitadas, juntou aos autos novo Mapa de Riscos (4891639), Termo de Referência atualizado (4919905) e considerações técnicas (4891666 e 4900090).

10. Essas considerações técnicas foram apreciadas pelo NUPEC (4903109), que assim se manifestou:

[...]

A respeito da pesquisa de preços realizada pela unidade solicitante, observa-se que esta foi composta por uma proposta de fornecedor, 4855246. Além disso, a unidade demandante se manifestou, 4900090, acerca da utilização do contrato 058/2023 do TJDF, a fim de compor a pesquisa de preços. Assim, foi considerado na média estimativa.

Em cumprimento ao art. 15 da Portaria GPR 1583/2024, foi realizada nova análise dos preços por meio da planilha 4802284. Registra-se que os valores excessivamente baixos e os excessivamente elevados (levando-se em consideração o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) para o coeficiente de variação), não foram desconsiderados para o cálculo da média estimativa.

Dá análise da planilha, seguem algumas observações:

a) Os itens 44, 45 e 51 contam com apenas um preço válido;

b) Os demais itens contam com apenas dois preços válidos;

c) Os itens com dois preços válidos são discrepantes entre si, não formando grupo de preços cujo coeficiente de variação seja inferior a 25%. Contudo, tendo em vista a manifestação da unidade técnica ao despacho 4891666, este NUPEC, excepcionalmente, utilizou a média simples para definição do preço estimativo desses itens;

Registra-se que consta, ao doc. 4891639, a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e a boa execução contratual, consoante inciso X, art. 18 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 14.133/2021 confeccionada pela unidade demandante.

Assim, tendo em vista a inexistência de três preços válidos para os itens a serem contratados, e considerando a justificativa da área demandante constante aos despachos 4859856, 4891666 e 4900090, nos termos do parágrafo único do art. 16 da Portaria GPR 1583/2024, seguem os autos para análise e deliberação quanto ao prosseguimento da instrução.

11. Ato contínuo, sob a orientação da SEMA (4916306), o Termo de Referência renovado foi juntado aos autos (4919810); que, ao ser submetido ao crivo do NULIC, foi considerado apropriado diante dos ditames legais (4921457).

12. Na sequência, em nova diligência para balizar a instrução processual, o NUCESI logrou obter proposta comercial adicional (4937057). Sujeita à avaliação especializada, o NUPEC atestou a higidez, a vigência e a aptidão do referido orçamento para integrar o cálculo do preço estimado, conforme conclusão exarada no Despacho 4942580:

[...]

Acerca da nova proposta, este NUPEC consigna que está válida, vigente e apta a compor a média estimativa.

Assim, em cumprimento ao art. 15 da Portaria GPR 1583/2024, foi realizada nova análise dos preços por meio da planilha 4938863. Da análise da planilha, seguem algumas observações:

a) Por força da exceção prevista ao §1º do art. 15 da Portaria GPR 1583/2024, os itens 1, 2, 3, 8, 10, 18, 19, 22, 23, 32, 34, 35, 37, 43 e 48 restaram com o coeficiente de variação superior a 25% para inclusão do preço público pesquisado;

b) Para os itens 4, 12, 15, 17, 33, 40, 41 e 44, os preços pesquisados são muito discrepantes entre si, tendo sido escolhido a dupla de preços com o menor coeficiente de variação;

c) Considerando-se, também, o exposto acima, em (b), para os itens 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 31, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 49 e 50 restaram apenas dois preços estimativos válidos;

d) Para o item 51 restou apenas um preço válido e, conforme mencionando ao despacho 4882844, o valor foi definido pela unidade demandante, cuja metodologia consta ao tópico II e Anexo I do TR, 4919810;

e) Deste modo, após as análises deste NUPEC, o valor estimado total é de R\$167.284,37 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos), ante os R\$195.907,78 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e sete reais e setenta e oito centavos) estimados pela unidade ao TR, 4919810.

Registra-se que consta, ao doc. 4891639, a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e a boa execução contratual, consoante inciso X, art. 18 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 14.133/2021 confeccionada pela unidade demandante.

Ante o exposto, preliminarmente ao encaminhamento dos autos à SEMA para a autorização que trata o parágrafo seguinte, seguem os autos para validação dos valores estimados para a contratação, conforme planilha de análise de preços 4938863.

Após, em se ratificando a estimativa localizada por este NUPEC, sugere-se o encaminhamento dos autos à SEMA para análise e deliberação quanto ao prosseguimento da instrução, nos termos do parágrafo único do art. 16 da Portaria GPR 1583/2024, tendo em vista a inexistência de três preços válidos para os itens 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 31, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 49 e 50, e considerando a justificativa da área demandante constante aos despachos 4859856, 4891666 e 4900090.

13. Assim sendo, logo após o NUCESI confirmar a estimativa de preços realizada pelo NUPEC (4944652), os autos foram encaminhados à SEMA no intuito de exame e deliberação acerca da continuidade da contratação sem a apresentação de, no mínimo, três preços válidos para os itens especificados. Todavia, em sede de análise preliminar, essa Secretaria entendeu haver a necessidade de reforma da última versão do Estudo Técnico Preliminar - ETP apresentado, com fulcro no art. 18, § 1º, da Lei 14.133/2021, para fins de conformidade normativa e robustecimento do planejamento (4947530). Veja-se:

Contudo, em análise preliminar do Estudo Técnico Preliminar (ETP) juntado aos autos, verifica-se a necessidade de aprimoramento do artefato, com vistas à **conformidade normativa** e ao fortalecimento da fase de planejamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à caracterização da necessidade e do problema a ser resolvido, à avaliação das alternativas disponíveis no mercado e à incorporação das diretrizes de sustentabilidade do TJDF. Nesse contexto, considerando a dispersão geográfica das unidades do Tribunal, torna-se ainda mais relevante que o ETP explicitasse quais são as situações que demandam atendimento, os impactos operacionais e de segurança associados e os riscos decorrentes de eventual descontinuidade do serviço, delimitando com precisão o escopo da necessidade e o resultado esperado com a contratação.

Adicionalmente, observa-se que o ETP deve demonstrar aderência ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e às diretrizes de sustentabilidade institucionais, avaliando de forma concreta os potenciais impactos ambientais vinculados ao objeto — tais como a geração de resíduos decorrentes da substituição de peças e embalagens, bem como os deslocamentos necessários para atendimento — e propondo medidas mitigadoras proporcionais e verificáveis, com indicação de como tais requisitos serão acompanhados pela fiscalização (por exemplo, segregação e destinação ambientalmente adequada das peças substituídas, comprovação documental periódica, racionalização de deslocamentos sempre que possível e justificativa técnica para substituições, de modo a evitar desperdícios). Registre-se, ainda, que há **campo próprio no ETP** destinado à descrição dos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, o qual deverá ser devidamente preenchido, contemplando requisitos de baixo consumo de recursos, quando aplicáveis, e, quando pertinente, logística reversa e destinação ambientalmente adequada.

No que se refere ao levantamento de mercado e às alternativas de solução, o ETP demanda, igualmente, ampliação da análise comparativa, com registro das vantagens e desvantagens de modelos distintos de contratação compatíveis com o contexto do TJDF e com a necessidade de atendimento em múltiplas localidades. Assim, sugere-se que a unidade requisitante considere, de maneira fundamentada, além da contratação tradicional com fornecedor único, a possibilidade de atendimento por meio de **credenciamento** (com rede de prestadores habilitados em condições padronizadas e critérios objetivos de distribuição de chamados, especialmente relevante para reduzir riscos de indisponibilidade e melhorar o tempo de resposta) e/ou a contratação com **parcelamento por lotes regionais** (clusterização por macrorregiões ou agrupamentos de prédios), quando aplicável, como estratégia para reduzir deslocamentos, aumentar a resiliência e mitigar o risco de gargalos.

Diante do exposto, devolvam-se os autos à **SESI/NUCESI** para que apresente nova versão do ETP, contemplando expressamente a análise da necessidade e do problema a ser resolvido, o alinhamento ao PLS e às diretrizes de sustentabilidade do TJDF, com medidas mitigadoras e critérios de verificação, bem como a avaliação ampliada das alternativas de atendimento à necessidade, incluindo, no mínimo, as opções de credenciamento e de contratação por lotes, com posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da demanda, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Esclarece-se que as alterações ora solicitadas visam assegurar a conformidade normativa, o alinhamento entre os artefatos e a adequada motivação das escolhas de planejamento, registrando-se, ainda, que, em 2026, serão reforçados os controles relacionados à sustentabilidade nas contratações, o que demanda maior objetividade na identificação de impactos ambientais, medidas mitigadoras e mecanismos de verificação. Alerta-se, por fim, que, uma vez revisado o ETP com adequação dos requisitos de sustentabilidade e eventualmente redefinida a estratégia de contratação, o Termo de Referência (TR) deverá ser devidamente ajustado para refletir a solução escolhida, mantendo coerência entre os artefatos e assegurando a conformidade legal, a competitividade e a efetividade da fiscalização.

Em paralelo, **encaminhem-se os autos à COAGEC e COLIC**, para ciência, consignando-se que **a versão final do ETP deverá observar novo padrão institucional que constituirá documento apto à publicação no PNCP**, razão pela qual a solução eleita e as medidas mitigadoras dos impactos ambientais descritas no ETP deverão estar devidamente refletidas e operacionalizadas nas minutas correlatas, em especial no TR e, quando aplicável, no edital e no contrato, de modo a assegurar consistência entre o planejamento e a execução contratual.

14. Por conseguinte, após a ciência pelo NUCONV (4951301) e pelo NULIC (4956506) de que a versão final do ETP deveria observar novo padrão institucional, constituindo documento apto à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, bem como as diretrizes normativas de sustentabilidade aplicáveis, o NUCESI apresentou nova versão do ETP (4962168) e do TR (4967206).

15. Dessa feita, por meio de orientação emanada da SEMA (4866005), o NUPEC examinou o novo ETP (4962168), considerando seu conteúdo sem alterações que acarretam impacto na pesquisa e análise de preços já realizada.

16. O NULIC, por sua vez, ao examinar o novo TR, trouxe ponderações técnicas a serem deliberadas pela Unidade Técnica requisitante (4986618).

17. Retornando os autos ao NUCESI, a derradeira versão do TR foi acostada aos autos (5001539) e considerada apta pelo NULIC (5006366).

18. À vista disso, os autos foram submetidos à SEMA, que, ao considerar as tratativas realizadas pelo NUCESI para obter propostas das empresas que atuam no seguimento, e diante de seus esclarecimentos e do NUPEC acerca da impossibilidade de obtenção de três preços comparativos válidos por parte da área técnica, autorizou o prosseguimento da instrução do feito sem a apresentação dos três preços válidos, nos termos do parágrafo único, art. 16, da [Portaria GPR 1583/2024](#) (5007834).

19. Desse modo, o NUPEC, no âmbito de suas atribuições regimentais, elaborou o Mapa Condensado de estimativas, 5011727 com lastro na Planilha de Análise de Preços 4938863; e apontou o valor estimado total de R\$ 167.284,37 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete

centavos) como o de referência para a licitação; tendo, ainda na oportunidade, fixado o marco temporal da cláusula de reajuste a partir de 06.03.2026, conforme Despacho NUPEC 5011848 com as considerações pertinentes, que se seguem:

Inicialmente, cumpre ressaltar que este NUPEC já apresentou manifestação acerca da contratação em tela em quatro oportunidades, conforme despachos 4882844, 4903109, 4942580 e 4982181, sendo que neste último, os autos foram remetidos à SEMA para análise e deliberação quanto ao prosseguimento da instrução, nos termos do parágrafo único do art. 16 da Portaria GPR 1583/2024, tendo em vista a inexistência de três preços válidos para os itens 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 31, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 49 e 50.

Em resposta, 5007834, a SEMA assim se manifestou:

...

Considerando as tratativas realizadas pela unidade para obter propostas das empresas que atuam no seguimento, e diante dos esclarecimentos apresentados pelo NUCESI e NUPEC acerca da impossibilidade de obtenção de três preços comparativos válidos por parte da área técnica, **fica autorizado** o prosseguimento da instrução do feito sem a apresentação dos três preços válidos, nos termos do parágrafo único, art. 16, da [Portaria GPR 1583/2024](#).

Assim, segue Mapa Condensado, 5011727, que foi elaborado com base na Planilha de Análise de Preços 4938863, **perfazendo o valor estimativo total de R\$167.284,37 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos)**. Informa-se ainda que, **para fins de fixação do marco temporal da cláusula de reajuste, a data de elaboração do referido Mapa é 6/3/2026**.

Em tempo, rememora-se que, em obediência ao inciso X do artigo 18 da Nova Lei Geral de Licitações, visualiza-se, ao doc. 4891639, a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Consta, ao doc. 5001500, a indicação dos gestores e fiscais de contrato.

Por fim, consigna-se que a Lista de Verificação de Conformidade dos procedimentos de competência do NUPEC consta ao doc. 5011828.

Dessa feita, seguem os autos para emissão do Termo de Análise Prévia - TAP, consoante Despacho SEMA, 4866005. Posteriormente os autos deverão retornar à COAGEC para o enquadramento.

20. A Lista de Verificação de Conformidade NUPEC consta à ocorrência 5020707.

21. Remetidos os autos à Assessoria de Controle Interno e Apoio à Governança de Contratações - AGCON via SEMA (5020263), a Análise Preliminar de Conformidade (5020707) ratificou a inserção da demanda no Plano de Contratações 2026 (SESI_018) — com autorização orçamentária de R\$ 288.709,70 (4999942) e valor de referência estimado em R\$ 167.284,37, conforme Mapa Condensado (5011727) — além de atestar a convergência do objeto aos Planos Estratégico e de Logística Sustentável (PLS) do TJDF para o ciclo 2021-2026 (4990879), bem como proceder à aceitação dos Mapas de Riscos relacionados às fases de planejamento e de seleção do fornecedor.

22. Por fim, asseverou que os membros do Comitê de Governança e Gestão de Contratações - CGGC manifestaram ciência e concordância quanto ao prosseguimento da contratação, tudo conforme doc. 5020707.

23. Em seguida, o CGGC emitiu o Termo de Análise Prévia (5032190), ocasião em que foi realizado o juízo inicial de legalidade e de conveniência, deliberando-se ao fim pela continuidade da contratação, diante da presença dos artefatos específicos e da ciência e assinatura de seus integrantes no documento 5020707.

24. Prosseguindo a marcha processual, a Coordenadoria de Apoio à Gestão de Contratações - COAGEC - propôs, nos termos do artigo 126, III, da [Resolução 2 de 16 de março de 2021](#), o enquadramento da demanda em comento na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo desempenho, padrão e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais, consoante disposto nos artigos 28, inc. I e 29, todos da Lei 14.133/2021 c/c artigo 1º, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022 (5037386). O extrato do Pregão Eletrônico 005/2026 foi anexado ao andamento 5037379.

25. A tipificação mediante a seleção de itens em catálogo (compras.gov.br) encontra-se ao expediente 5046010.

26. Em continuidade, vê-se no documento 5055108 a derradeira minuta do instrumento convocatório do Pregão 005/2026 confeccionada pelo NULIC, com base no Termo de Referência (5001539), no Mapa Condensado (5011727) e na tipificação do serviço (5046010). Assim como a minuta contratual elaborada pelo Núcleo de Contratos e Convênios - NUCONV (5057482), tendo sido atendido, pois, o disposto no artigo 18, incisos V e VI, da Lei 14.133/2021.

27. Ainda, mediante o Despacho 5060194, a COAGEC promoveu a instrução e informou que os pregoeiros foram nomeados, conforme [Portaria GPR 1891/2023](#), em cumprimento ao disposto no artigo 8º, §§ 1º e 5º, da Lei

28. Prosseguindo a instrução processual, instada a se manifestar, a unidade técnica requisitante asseverou que os termos das minutas de Edital (5055108) e de contrato (5057482) atendem satisfatoriamente às necessidades da Administração (5063879).

29. Quanto à disponibilidade orçamentária para a contratação, a Secretaria de Recursos Orçamentários e Financeiros - SEOF, por intermédio de seu Núcleo de Execução Orçamentária - NUEOR (5090610), pontuou haver dotação orçamentária suficiente para cobrir a despesa, bem como ter adequação orçamentária e financeira com a LOA/2026 e compatibilidade com o PPA e com a LDO, nos termos do disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Veja-se:

[...]

Em atendimento à solicitação 5060194, informamos que este Tribunal dispõe de dotação orçamentária suficiente para cobrir a despesa com a prestação de serviço de chaveiro, incluindo a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulação e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis, com valor anual estimado em R\$ 167.284,37, a ser classificada nas seguintes naturezas de despesa:

Itens 1 a 21 e 37 a 51) 33.90.39-79 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, com valor anual estimado em R\$ 108.839,00;

Itens 24 a 31, 34 e 36) 33.90.30-24 - Material de Consumo - Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações, com valor anual estimado em R\$ 49.309,17; e,

Itens 22, 23, 32, 33 e 35) 33.90.30-25 - Material de Consumo - Material para Manutenção de Bens Móveis, com valor anual estimado em R\$ 9.136,20.

Ressalte-se que, em conformidade com o disposto no inciso VIII, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, o crédito pelo qual correrá a despesa consta da Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026 - Lei Orçamentária Anual de 2026, sob a classificação funcional programática 02.061.0033.4234.0053 - Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal, categoria econômica 3 – Despesas Correntes (PTRES 168473).

Assim sendo, emitimos os Pré-empenhos 2026PE000176 e 2026PE000177, nos valores de R\$ 30.000,00 e R\$ 15.000,00, suficiente para atender à despesa até o término do exercício corrente, conforme estimativa constante no Despacho 5079453.

Acrescentamos que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a LOA/2026 e compatibilidade com o PPA e com a LDO, nos termos do disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Sem destaques no original)

30. Assim, diante da regular tramitação do feito, vieram os autos a esta Consultoria Jurídica para análise dos atos praticados, em atenção ao disposto no artigo 53 da Lei 14.133/2021, bem como no artigo 35 da Resolução 2/2021.

É o relatório do necessário.

PARECER

31. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada e a unidade gestora no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas do Edital com seus respectivos anexos.

32. Importante salientar que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de a unidade competente ter se municiado dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos éticos e os legalmente impostos.

33. Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo administrativo eletrônico, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos e avaliação do preço estimado tenham sido regularmente determinadas pelos setores competentes desta Casa de Justiça com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Nesse sentido é o enunciado da Boa Prática Consultiva 7 da Advocacia-Geral da União:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

34. Essa mesma acepção foi explicitada em decisão monocrática do Min. Gilmar Mendes, nos autos do HC

É que, no processo licitatório, não compete ao **assessor jurídico** averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. **Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades.**

(Destacou-se)

35. Em decisão colegiada referente ao mesmo processo, o Supremo Tribunal Federal – STF proferiu o seguinte *decisum*, assim ementado:

Habeas corpus. 2. Processo Penal. 3. Advogado denunciado por emitir parecer em licitação fraudulenta. 4. Denúncia não aponta participação do paciente para além da assinatura do parecer e do contrato. **Impossibilidade de responsabilização do advogado parecerista pela mera emissão de parecer.** Assinatura do contrato exigida por lei, para fins de regularidade formal. 5. No processo licitatório, o advogado é mero fiscal de formalidades. 6. Ausência de descrição ou indicação de provas do dolo. Vedação à responsabilização objetiva em Direito Penal. 7. Ordem concedida para determinar o trancamento do processo penal. (HC 171576, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, julgado em 17/9/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-194 DIVULG 4-8-2020 PUBLIC 5-8-2020)

(Grifou-se)

36. Ressalta-se, à oportunidade, que o entendimento a ser consolidado baseia-se em legislação e jurisprudência atuais, podendo ser revisto em caso de alteração substancial em seus fundamentos. Nessa tangente, reputa-se necessário destacar que a análise do presente procedimento será realizada com base nas determinações da Lei 14.133/2021, tendo em vista que toda a instrução processual se deu em conformidade com as disposições nela inseridas.

37. Feitas as considerações introdutórias, observa-se acostado aos autos processuais o Estudo Técnico Preliminar - ETP (4990879). O inciso XX do art. 6º da Lei 14.133/2021 o define como o "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação".

38. Dessa forma, o artefato em epígrafe deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, cabendo ao gestor realizar o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

39. Sendo assim, segundo consta do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, o ETP deve contemplar os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

40. Ressalte-se também que a [Instrução Normativa SEGES 58, de 8 de agosto de 2022](#), que disciplina a forma como devem ser elaborados os Estudos Técnicos Preliminares - ETP, quando da aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informa que o artefato deverá considerar os seguintes itens/informações (art. 9º):

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

(...)

41. Ainda, no âmbito deste Tribunal, a [Portaria GPR 1255 de 22 de maio de 2023](#), que regulamenta a fase preparatória do processo licitatório das contratações de bens, serviços e obras, arrola os elementos a constituir o ETP, sendo os incisos I, V, VI, VII e XIII indispensáveis:

Art. 12. Com base no DFD, os seguintes elementos deverão constar no ETP:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) considerar contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades do TJDFT;

b) realizar audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou acesso a bens, avaliar os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, buscando ainda identificar possibilidades de inovação na aplicação do conceito de economia circular;

d) considerar outras opções logísticas menos onerosas ao TJDFT, tais como chamamentos públicos de doação e permutas;

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstrativo da previsão da contratação no PCA, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do TJDFT ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (NR)

X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do TJDFT, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
(Destacou-se)

42. Quanto ao tema, Ronny Charles^[1] leciona que:

Partindo do documento que formaliza a demanda, o Estudo Técnico Preliminar agrega novos elementos de planejamento, entre eles: requisitos de contratação; levantamento de mercado, justificativas técnicas, como em relação ao parcelamento da solução, ao uso de algumas das ferramentas admitidas para o procedimento licitatório, regime de execução, entre outros.

A função do ETP é agregar novos elementos ao planejamento, avaliando, entre outras coisas: as soluções disponíveis no mercado para o atendimento da necessidade administrativa, levantamento de subsídios para definição da pretensão contratual, eventuais requisitos necessários à contratação, ponderações sobre a modelagem contratual (como em relação ao parcelamento ou não da solução, contratação com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra), entre outros.

Assim, por exemplo, quando um órgão possui necessidade de transporte de seus colaboradores, surge uma demanda administrativa a ser atendida. Contudo, o mercado oferece diversas soluções para atendimento dessa demanda administrativa; em tese, seria possível contratar uma empresa terceirizada, realizar a aquisição de veículos, a locação de veículos, optar pelo uso de aplicativos, entre outras soluções. Nessa senda, o primeiro passo relevante da etapa de planejamento envolve a definição da “pretensão contratual”.

Ao escolher um desses modelos, para definição do objeto da licitação, excluir-se-ão os demais. Uma precipitada definição do objeto licitatório pode ignorar problemas que apenas serão percebidos mais claramente durante a licitação ou mesmo na execução contratual.

(...)

Com o ETP, objetiva-se uma maior reflexão do órgão, nesta fase do planejamento, prévia à definição estabelecida pelo documento de planejamento (projeto básico, ETP ou anteprojeto de engenharia). Em suma, a função do ETP é gerar reflexão prévia à definição do objeto licitatório, notadamente em relação às soluções disponíveis e questões técnicas pertinentes, para fins de melhor atendimento da pretensão contratual.

43. Na seara jurisprudencial, o Tribunal de Contas da União^[2] assim aduz:

29. [...] o Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui-se como o instrumento primordial utilizado pela Administração Pública para orientar de maneira fundamentada a aquisição de bens, a contratação de serviços e a execução de obras. É por meio deste documento que se logra aferir a viabilidade ou inviabilidade da contratação ou aquisição almejada.

30. [...] configura o documento inicial do planejamento de uma contratação, no qual se identifica determinada necessidade e se descrevem as análises realizadas em relação aos requisitos exigidos, às alternativas consideradas, às escolhas efetuadas e aos resultados pretendidos, bem como outras características pertinentes. Este estudo serve de alicerce para a elaboração do anteprojeto, do termo de referência ou do projeto básico, desde que se conclua pela viabilidade da contratação.

31. Em síntese, o ETP insere-se na fase interna do procedimento licitatório, momento em que a Administração delinea, de forma minuciosa, a contratação a ser celebrada, tomando por base a formalização da demanda advinda do setor requisitante. É no âmbito deste estudo que a Administração revela o interesse público subjacente à contratação vindoura.

32. Outrossim, o ETP oferece os fundamentos que embasam a confecção do Termo de Referência do edital, justificando as escolhas efetuadas, as exigências técnicas e os detalhes concernentes aos itens licitados.

44. Dessa feita, observa-se que o ETP (4990879), justifica a necessidade da contratação indicada no procedimento e elenca seus requisitos (itens 02 e 04); discorre quanto ao alinhamento ao PCA e ao PLS - ciclo 2021-2026 (item 03); pronuncia-se quanto às estimativas das quantidades para a contratação (item 05); trata da estimativa do valor da contratação (item 08), subsidiada pelos documentos 4855235, 4855241, 4855246 e 4937057; bem como argumenta sobre o não parcelamento do objeto (item 10); e, desse conjunto de informações inseridas no documento em tela, a equipe de planejamento conclui pela adequação da contratação para o alcance da necessidade administrativa (item 15).

45. Para mais, com base na necessidade que este Tribunal não consegue satisfazer diretamente por meio de recursos próprios, insta destacar o levantamento de mercado, por meio de estudo de alternativas possíveis, albergadas pela justificativa técnica e econômica, que revela a peculiaridade do objeto a ser contratado; e, com base na comparação custo-benefício de cada uma dessas soluções possíveis, definiu-se a mais vantajosa (item 9). Confira-se:

A análise da necessidade apresentada evidencia a importância de garantir, de forma contínua, a disponibilidade, a integridade e a segurança dos acessos físicos em todas as unidades do TJDF. Considerando que imprevistos relacionados a fechaduras, chaves, cilindros e dispositivos de travamento podem interromper ou atrasar atividades administrativas e jurisdicionais, a solução mais adequada consiste na contratação de serviços de chaveiro sob demanda. Essa contratação deve ser estruturada com execução por preço unitário, acionamento por Ordem de Serviço (OS), definição de níveis de serviço (SLA) proporcionais à criticidade da ocorrência e adoção de lote único com um único prestador, assegurando governança centralizada e controle uniforme sobre todo o ciclo de vida das chaves e fechaduras da instituição.

Sob o ponto de vista técnico-operacional, a execução por preço unitário, vinculada ao registro obrigatório em OS, mostra-se a mais alinhada às necessidades do Tribunal. Esse modelo permite remunerar exclusivamente os serviços efetivamente executados — tais como abertura técnica, conserto, modelagem ou cópia de chaves, unificação de segredos e fornecimento ou instalação de componentes — e exige que cada atendimento seja acompanhado de diagnóstico, justificativa técnica e critérios de aceite. Como consequência, há maior transparência, melhor rastreabilidade e fortalecimento da fiscalização, uma vez que cada despesa está diretamente vinculada a um atendimento documentado e auditável. Além disso, a definição de SLA por criticidade assegura capacidade de resposta adequada ao impacto de cada ocorrência, reduzindo riscos de paralisação de ambientes sensíveis, atrasos em rotinas de trabalho ou vulnerabilidades de segurança física.

Na perspectiva econômica, o modelo de preço unitário demonstra vantagem significativa em relação a alternativas como preço global ou contratação por posto fixo, que tendem a gerar custos desnecessários, ociosidade ou baixa modulação de esforço. O histórico de execução do contrato vigente indica elevada demanda em itens de alta recorrência — especialmente cópia de chaves e unificação de segredos — bem como casos em que a quantidade executada excedeu a previsão original, o que reforça a necessidade de um modelo flexível e ajustado à oscilação real da demanda. A combinação entre medição por item executado, controle via OS e acompanhamento por relatórios e indicadores favorece a previsibilidade orçamentária, evitando tanto subcontratação quanto superdimensionamentos.

No âmbito da sustentabilidade e do ciclo de vida, a solução contratual possibilita transformar impactos ambientais previsíveis em requisitos concretos, verificáveis e fiscalizáveis. Entre esses requisitos, destacam-se a gestão adequada de resíduos — com recolhimento de peças metálicas ou plásticas substituídas, destinação ambientalmente adequada e comprovação documental — e a prevenção de desperdícios, com substituições condicionadas a justificativa técnica registrada em OS. Tais

práticas reforçam a durabilidade dos componentes instalados, reduzem descartes desnecessários e alinham a contratação às metas do Plano de Logística Sustentável (PLS 2021–2026), especialmente no que se refere à reciclagem, minimização de resíduos e redução de emissões associadas ao ciclo de atendimento.

Do ponto de vista institucional, a solução proposta reforça objetivos do Plano Estratégico 2021–2026 ao fortalecer políticas de segurança, eficiência e inovação, por meio de procedimentos padronizados, indicadores de desempenho, rastreabilidade das ações e maior capacidade de governança. Além disso, contribui diretamente para a preservação da infraestrutura patrimonial ao manter em condições adequadas de uso portas, fechaduras, armários, cofres e demais dispositivos essenciais ao funcionamento das unidades.

Finalmente, a opção por lote único com um único prestador é tecnicamente fundamentada pela natureza sensível do serviço. O trabalho do chaveiro envolve acesso direto a informações e componentes críticos dos sistemas de travamento — incluindo padrões de cilindros, segredos mecânicos, configurações de chaves mestras e mapas de acesso. A pulverização dessa responsabilidade entre diversos fornecedores ampliaria significativamente os vetores de exposição, fragilizaria a cadeia de custódia, aumentaria o risco de inconsistências técnicas e dificultaria auditorias e responsabilizações. A centralização da execução em um único prestador permite controle rigoroso, padronização plena, resposta rápida a incidentes e rastreabilidade integral, assegurando maior proteção institucional. Diante disso, conclui-se que a contratação nos termos propostos apresenta plena adequação técnica, operacional e econômica para atender às necessidades do TJDFT, sendo recomendável o prosseguimento da contratação.

(Sem sublinhamentos no original)

46. Por isso, então, a despeito de o ETP se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao NUPEC, quanto à adequação, suficiência e conformidade com os atos normativos vigentes, assegurando sua compatibilidade com o termo de referência, o seu conteúdo aparentemente respeita a previsão dos requisitos mínimos enumerados no § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e no art. 12 da Portaria GPR 1255, de 22 de maio de 2023.

47. Ultrapassado esse aspecto, saliente-se que a contratação consta do Plano de Contratações Anual de 2026, sob o registro SEI_018, Documento de Formalização de Demanda/DFD - doc. 4783975 e Autorização - doc. 4999942, ambos do PA SEI nº 0010217/2025; com valor considerado de R\$ 288.709,70, tendo sido elaborado o Termo de Análise Prévia (5032190) e estimado para a presente pretensão de contratação o valor de R\$ 167.284,37, conforme mapa condensado doc. 5011727.

48. Nesse sentido, tem-se como atendida disposição apresentada pelo parágrafo único do art. 11 da Lei 14.133/2021, que indica ser a Administração responsável pela governança das contratações, com a obrigação de implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, cabendo à autoridade competente justificar a necessidade da contratação, indicando os pressupostos de fato e de direito que orientam a ação.

49. Avançando na análise, faz-se necessário que a unidade técnica avalie, durante a fase de preliminar/planejamento da contratação, se dispõe de servidores em quantidade e capacidade técnica adequada à fiscalização de todos os controles, acompanhamento processual e demais atividades necessárias à aferição das exigências contratuais, tal qual o estabelecido pelos artigos 8º a 10 e 19 a 24 do Decreto 11.246, de 27/10/2022 - que regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei 14.133/21, apresentando regras para a atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio e dos Gestores e Fiscais dos Contratos - e art. 35 a 42 da Portaria GPR 586 de 30 de setembro de 2025 - que estabelece diretrizes para a aplicação do modelo de gestão por competências para as funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021, e regulamenta a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, de fiscais e de gestores de contratos e o funcionamento da comissão de contratação, no âmbito deste Tribunal.

50. Nesse aspecto, verifica-se apenas o Coordenador do NUCESI atestar ciência plena dos termos da contratação e da pesquisa de preços na versão final do Termo de Referência - TR (5001539), incumbindo ao Secretário de Segurança e Inteligência deste Tribunal proceder de igual forma, conforme exigência do artigo 18, da Portaria GPR 1583/2024.

51. No ponto ainda, apura-se a presença do formulário "Indicação Gestores e Fiscais Contrato", disponível no SEI, com a ciência expressa de todos os servidores indicados que atuarão na Gestão Contratual (5001500), conforme o disposto no art. 9º da [Portaria GPR 586/2025](#).

52. Ainda nesse eixo, em atenção ao disposto no art. 8º, § 1º, da Lei 14.133/2021, cuja previsão é de o agente de contratação ser auxiliado por equipe de apoio na licitação; e, vista a regulamentação da atuação da equipe de apoio no âmbito deste Tribunal, disposta no art. 31 § 1º c/c art. 33 da [Portaria GPR 586/2025](#), a SEMA, a partir das indicações realizadas com base do art. 4º da referida Portaria (5001539 e 4869693), designou os servidores para integrarem a equipe de apoio à licitação, bem como dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021, na forma do disposto em seu art. 7º (5114214), sendo certo que a designação dos servidores que ficarão responsáveis pela gestão contratual ocorrerá

no momento oportuno, antes do início da execução do Contrato. Já a designação do Pregoeiro se perfectibiliza com a [Portaria GPR 1891 de 2 de agosto de 2023](#), estando, pois, respeitada a disposição do art. 8º, § 1º e § 5º, da Lei 14.133/21.

53. À oportunidade, destaca-se a necessidade de os servidores Wanderson José Gomes do Carmo, matrícula 309.792 e Flávio de Oliveira Vieira da Costa, matrícula 310.651 tomarem ciência expressa de suas designações para comporem a equipe de apoio à licitação, nos moldes dos arts. 9º da [Portaria GPR 586/2025](#).

54. No mais, verifica-se que a estimativa de preços foi precedida por pesquisa mercadológica realizada pela unidade técnica e composta por cotações perante fornecedores (4855246 e 4937057), bem como baseada no valor do Contrato de Prestação de Serviços 058/2023 (2882683 e 4855241), advindo o valor estimado de uma amostragem plural, composta por diferentes origens. Nesse sentido, colha-se a disciplina da Portaria GPR 1583/2024^[3]:

Art. 4º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens ou a contratação de serviços em geral, bem como para as alterações e prorrogações contratuais, será realizada mediante a utilização das seguintes fontes, empregadas de forma combinada ou não:

[...]

V - pesquisa direta, mediante solicitação formal de cotação, em que constem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa e o nome do responsável pela elaboração do orçamento, desde que não tenham sido obtidos orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Art. 7º A pesquisa de preços deve ser realizada pela unidade demandante por meio de ampla e variada pesquisa de mercado, de modo a formar uma cesta de preços com quantidade de orçamentos proporcional às opções disponíveis no mercado, utilizando as fontes elencadas no art. 4º desta Portaria, devendo ser apresentados, no mínimo, 3 (três) documentos comprobatórios de preços válidos, a depender de sua finalidade, observado o seguinte:

I - na realização da pesquisa de preços, serão observadas as condições comerciais praticadas, incluindo, no que for pertinente, prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;

II - caso haja contrato ou ARP vigente no TJDF-T para o objeto a ser contratado, essa informação deve constar do processo a fim de que os referidos preços passem a compor o universo de preços a serem analisados na formação da média estimativa ou comparativa da contratação;

III - a unidade demandante deve incluir nos autos todos os documentos que embasaram a realização da pesquisa de preços, com vistas a evidenciar as fontes utilizadas, as consultas realizadas para localização de preços públicos, as tratativas feitas com potenciais fornecedores, bem como demais documentos que julgar necessários para formalizar as diligências ocorridas nessa fase do processo;

IV - caso haja dificuldade na obtenção de preços, a unidade demandante pode utilizar-se de outras fontes de pesquisa além das mencionadas no art. 4º desta Portaria, com a devida justificativa;

V - a pesquisa de preços para fins de estimativa pode, a depender do objeto, abranger qualquer região do país e, em caso específico mediante justificativa, mercados externos;

VI - na formação da cesta de preços proveniente da pesquisa realizada pela unidade demandante, é prioritária a utilização de preços coletados em contratações públicas;

VII - na impossibilidade de cumprimento do disposto no inciso VI deste artigo, a unidade demandante deve apresentar justificativa para a não utilização dessa fonte de pesquisa.

Parágrafo único. Na realização da pesquisa de preços, a unidade demandante deve considerar, além do critério quantitativo buscando a economia de escala, o critério qualitativo aferindo a similaridade entre objeto pesquisado e objeto demandado.

(Grifou-se)

55. Salienta-se, nesse ponto, que, na pesquisa de preços, conforme recomendação da Corte de Contas Federal, devem ser utilizadas fontes diversificadas a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados, priorizando-se os parâmetros previstos no art. 5º da IN-SLTI/MPOG 73/2020. Vejamos:

Acórdão TCU 4958/2022-Primeira Câmara^[4]

As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas numa "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa Seges - ME 73/2020).

(Destacou-se)

56. Por isso, então, o NUPEC considerou o procedimento adotado conveniente e, tendo em vista a inexistência de três preços válidos para os itens 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 31, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 49 e 50, a SEMA autorizou o prosseguimento da instrução do feito sem a apresentação dos três preços válidos, nos termos do

parágrafo único, art. 16, da Portaria GPR 1583/2024 (5007834).

57. Outrossim, como dito, o Mapa Condensado de Estimativas (5011727) foi anexado aos autos, com base nos valores médios apresentados na Planilha de Análise de Preços 4938863, atendendo ao disposto no art. 23, §1º, da Lei 14.133/2023 c/c art. 17 da Portaria GPR 1.583/2024, perfazendo o valor estimativo de R\$ 167.284,37 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

58. Registre-se, ainda, que para fins de fixação do marco temporal da cláusula de reajuste, indicou-se a data de elaboração do referenciado Mapa Condensado (06.03.2026), em harmonia com o disposto no art. 25, §7º, da Lei 14.133/2023.

59. Ressalte-se, por oportuno, que a análise e os cálculos levados a efeito pela unidade interna competente assume contornos eminentemente técnicos e que, portanto, não são passíveis de mensuração meritória por parte da Consultoria Jurídica, posto não estarem afetas à órbita jurídica inerente a este órgão de assessoramento, em função do princípio da segregação de funções, tal qual o delineado pelo Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União 2016 (Boa Prática Consultiva 7).

60. Não obstante a natureza eminentemente técnica dos cálculos elaborados — circunstância que, reitere-se, exige esta Consultoria de incursão quanto ao mérito —, não se divisa, nos pronunciamentos da unidade técnica, mácula de ordem teratológica ou desprovida de razoabilidade.

61. Prosseguindo com a análise, em relação à modalidade de licitação, verifica-se que a COAGEC (5037386) propôs, nos termos do art. 126, III, da Resolução TJDFT 2/2021, o enquadramento da despesa classificada como serviço comum, cujo desempenho, padrão e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, consoante disposto no §2º de seu art. 17 c/c art. 28, inciso I e art. 29, todos esses da Lei 14.133/21 c/c art. 1º, § 1º da Instrução Normativa SEGES/ME 73, uma vez que esta última deve ser utilizada como referência no âmbito deste TJDFT, diante da falta de regulamento próprio aplicável aos Órgãos do Poder Judiciário, nos seguintes termos:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º É obrigatória a utilização da forma eletrônica nas licitações de que trata esta Instrução Normativa pelos órgãos e entidades de que trata o caput.

§ 2º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma presencial nas licitações de que trata esta Instrução Normativa, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, devendo-se observar o disposto nos §§ 2º e 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

62. Outrossim, no âmbito do Direito Administrativo, o Pregão é "modalidade licitatória obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto", tal qual como definido no art. 6º, inciso XLI da Nova Lei de Licitações c/c art. 4º, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022 - qualquer que seja o valor estimado para contratação - em que a disputa pela contratação fornecimento/prestação de serviços é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.

63. Verificando, pois, inexistirem nos autos informações que indicam a impossibilidade técnica ou desvantagem/prejuízos para o TJDFT na realização de licitação utilizando-se os recursos tecnológicos disponíveis à Administração, por meio do “Sistema de Compras do Governo federal disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras”, tem-se como apropriada/adequada a utilização da modalidade de licitação Pregão, na forma eletrônica, conforme sugerido pela COAGEC.

64. Em relação à indicação da existência de dotação orçamentária necessária à realização da despesa, a SEOF/NUEOR proferiu o Despacho 5090610, cujo conteúdo foi parcialmente reproduzido por ocasião do Relatório, destacando-se a adequação orçamentária e financeira com o PLOA/2026 e compatibilidade com o PPA e com a LDO, nos termos do disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a emissão dos Pré-empenhos 2026PE000176 e 2026PE000177, nos valores de R\$ 30.000,00 e R\$ 15.000,00.

65. Ressalta-se que, por não se tratar de contratação que deva observar as disposições contidas dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/2021 - Sistema de Registro de Preços - não é aplicado ao presente caso o comando do art. 10 do Decreto 11.462/2023, a exigir prévia verificação da existência de Intenção de Registro de Preços - IRP em andamento e conveniência de participação do TJDFT na correspondente licitação. Confira-se:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os [art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

(...)

Art. 10. Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o caput.

66. De mais a mais, o Termo de Referência - TR devidamente atualizado foi juntado ao andamento 5001539. Do exame deste documento, observam-se os elementos mínimos estarem presentes, nos moldes propostos pelo inciso XXIII do *caput* do art. 6º c/c as informações elencadas no § 1º do art. 40, ambos da Lei 14.133/2021.

67. Outrossim, no presente caso, a fim de favorecer não só a adoção de ações preventivas e de contingência, mas também ter um meio auxiliar na tomada de decisões, capaz de assegurar conformidade e promover a transparência, foi juntado aos autos o mapa de riscos do planejamento da contratação (4891639), bem como o da seleção do fornecedor (4869692), em que se analisam os riscos casuísticos no processamento da licitação, nos termos indicados no artigo 18, inciso X, da Lei 14.133/2021 c/c o artigo 21 e seguintes da Portaria GPR 1255/2023.

68. Passando-se à análise da minuta do edital do Pregão Eletrônico 005/2026 (5055108), observa-se que do preâmbulo constam: data e horário de realização do certame a ser informado em momento oportuno; o número de ordem em série anual do Pregão; o critério de julgamento, menor preço; sendo o certame regido pelas disposições da [Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#); da [Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão](#); da [Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022](#); [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão](#); [Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022](#); do [Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015](#); da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#); e das demais legislações aplicáveis, a teor do artigo 25 da Lei 14.133/2025.

69. Em relação ao regime de execução, verifica-se a forma pela qual o objeto do Contrato será executado, e orientará, então, a prática de atos de prestação dos serviços e cumprimento das obrigações contratuais, tais como medição, pagamento, acréscimos quantitativos e qualitativos, aplicação de penalidades, inexecução total e parcial, termo de recebimento definitivo.

70. No caso, a escolha do regime foi a da empreitada por preço unitário. Essa forma de execução é utilizada quando se contrata execução de obra ou prestação de serviço na totalidade do objeto, mas o empreiteiro ou prestador de serviço é remunerado por preço certo por unidades determinadas. Mesmo a remuneração sendo feita por cada item isoladamente, o licitante é obrigado à contratação do todo, ou seja, a proposta de cada preço unitário não é dissociável do conjunto global da obra ou serviço, o que se adequa ao objeto a ser licitado.

71. O art. 6º da Lei 14.133/2021 afirma que o regime de execução, na execução de obra ou prestação de serviço, poderá ser empreitada por preço global ou por preço unitário, *in verbis*:

Lei 14.133/2021

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

[...]

72. Cumpre ressaltar que os regimes de empreitada por preço global e por preço unitário não qualificam propriamente o objeto do contrato, mas, como já dito acima, referem-se ao critério de apuração do valor da remuneração a ser paga pela execução do objeto pelo contratado.

73. Nesse sentido, Marçal Justen Filho^[5] aduz que a distinção entre as figuras envolve, de um modo direto, o critério para determinação da remuneração do particular. Confira-se:

11.1) A conceituação das figuras e o critério de remuneração

Tanto a empreitada por preço unitário como aquela por preço global apresentam em comum a contratação da execução de uma obra ou serviço, incumbindo ao particular fornecer o trabalho ou o trabalho e materiais, mediante uma remuneração.

A distinção entre as figuras refere-se ao modo de determinação da remuneração do particular, o que se reflete sobre os pressupostos de adoção de cada qual.

Tal como a nomenclatura indica, a empreitada por preço global, existe um preço global pela obra ou serviço. O licitante obriga-se a executar a obra ou serviço, mediante remuneração calculada para abranger todas as despesas inerentes à execução do objeto.

Já na empreitada por preço unitário, o empreiteiro é contratado para executar o objeto, sendo o preço fixado por preço certo por unidades determinadas (art. 6º, inc. XXVIII). Portanto, a remuneração do particular é obtida pelo somatório dos diferentes itens contemplados numa estimativa de execução.

11.2) A obrigação de executar a integralidade do objeto

Na empreitada por preços unitários, o licitante não se obriga a executar cada item isoladamente. A contratação versa sobre o objeto integral, sobre a obra ou o serviço completos. Então, a proposta de cada preço unitário não é dissociável do conjunto global da obra ou do serviço.

Mesmo numa licitação por preço unitário, o julgamento se faz em vista do montante total a ser desembolsado pelo Estado. Nesse caso, a oferta apresentada pelo licitante é o resultado da soma dos preços unitários previstos. seria antijurídico pretender realizar uma contratação monstruosa, selecionando o vencedor para cada item unitário, o que resultaria na ausência de um contrato único.

11.3) A similitude das obrigações do particular

A obrigação assumida pelo empreiteiro será idêntica nas duas hipóteses examinadas. Uma contratação por empreitada global envolve, de modo necessário, a obrigação de executar o objeto na sua integralidade. A contratação por preço unitário acarreta idêntico efeito.

A diferença reside em que, na empreitada por preço unitário, o licitante formula uma proposta contemplando preços unitários pelos itens que compõem o objeto, enquanto na empreitada por preço global há uma estimativa global da remuneração assegurada ao particular.

[...]

11.5) A remuneração devida ao empreiteiro

Outra distinção fundamental se relaciona com o critério de apuração e pagamento da remuneração do empreiteiro. Vale reproduzir a lição de Lucas Rocha Furtado sobre a distinção, proferida no Acórdão 1.194/2018 (Plenário, rel. Min. Augusto Sherman), nos termos seguintes:

“Além do critério de maior ou menor risco a ser suportado pelo contratado, outra característica fundamental que define os diferentes regimes de empreitada reside no critério que será utilizado para remunerar o contratado. Na empreitada por preço unitário, são definidas as unidades a serem executadas e a remuneração é feita em função do que é efetivamente executado. Assim, à medida em que são concluídas as unidades previamente definidas de serviços (por exemplo, quantidade de terras movimentadas, quantidade de quilômetros asfaltados, cubagem de concreto aplicada), conforme definido no cronograma físico da obra, é feita a remuneração da empresa. Por sua vez, na empreitada por preço global e na empreitada integral, o pagamento é feito à medida em que forem sendo executadas etapas previamente definidas no cronograma físico”.

74. Com teor semelhante leciona Ronny Charles de Torres^[6], *litteris*:

Segundo a Lei 14.133/2021, o regime de empreitada por preço unitário envolve contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

A empreitada por preço unitário é utilizada quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. Ela é historicamente utilizada para pretensões contratuais nas quais a quantidade do serviço e dos materiais que serão utilizados não possam ser definidos com efetiva precisão nos anexos do instrumento convocatório.

Em outras palavras, **a empreitada pro preço unitário deve ser utilizada quando não for possível definir precisamente os quantitativos necessários durante a execução contratual.** Diante desta incerteza, o estabelecimento do preço com base em certa unidade de medida evita que eventual desacerto entre o quantitativo previsto no planejamento e o efetivamente executado gere prejuízos às partes contratantes, sendo propícia sua utilização.

Com a empreitada por preço unitário, **o pagamento é realizado de acordo com as unidades entregues** (ex.: m2 de piso colocado, unidade de computadores entregues, etc...), **podendo ocorrer alterações significativas entre o quantitativo total imaginado e o efetivamente executado, sem que isso gere necessária revisão econômica do contrato.**

Nesta feita, havendo imprecisão no planejamento ou possibilidade de oscilação no quantitativo a ser executado, de acordo com a pretensão contratual envolvida, pode ser aconselhável a adoção da empreitada por preço unitário.

(Grifou-se)

75. Nos termos dos Acórdãos 1.977/2013 – Plenário e 2432/2016 - Plenário, precedentes elaborados sob o regime licitatório anterior, cuja racionalidade se coaduna com os preceitos da Lei 14.133/2021, o Tribunal de Contas da União também esclareceu as situações em que deve ser adotado o regime de execução por preço global ou por preço unitário. Confira-se os seguintes trechos:

Acórdão 1.977/2013 - Plenário

9.1.3. a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

(...)

Acórdão 2432/2016 - Plenário

76. Assim, verifica-se que a escolha do regime de empreitada por preço unitário está em consonância com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, considerando-se a indicação apresentada pela área solicitante; e guarda relação, na prática, com o regime de execução do Contrato, posto que a contratação será feita "por demanda" e o pagamento, à vista disso, será efetuado em relação apenas à parcela demandada pela Administração e executada pelo Contratado.

Acórdão 1643/2024 - Plenário

A empreitada por preço unitário (art. 6º, inciso XXVIII, da Lei 14.133/2021) deve ser utilizada para objetos que, por sua natureza, possuem imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como, por exemplo, remanejamento de interferências, volume de entulho em reformas, compensações entre corte e aterros em terraplenagem, comprimento de estacas cravadas, cubagem de bota-fora.

(Destacou-se)

77. À vista disso, no caso sob apreço, a eleição pelo regime de execução por empreita por preço unitário é coerente, pois, uma vez que no caso da contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de chaveiro, sob demanda, não haver como apresentar uma definição prévia do quantitativo e as unidades administrativas solicitarem as contratações conforme a necessidade de serviço de cada uma delas, as contratações variam em razão das demandas oriundas das unidades solicitantes. Essa característica torna adequada a escolha já que o objeto a ser contratado, por sua natureza, possui imprecisão inerente nos quantitativos de seus itens orçamentários, permitindo ajustes conforme a execução e as necessidades identificadas no decorrer do contrato.

78. Assim sendo, em homenagem à clareza e à objetividade necessárias ao certame licitatório, e no intento de se alinhar com o propósito da prestação do serviço (item 05 do Edital), recomenda-se que, na descrição do objeto da licitação informado no item 1 do edital, já conste, expressamente, a informação de que a prestação de serviço de chaveiro por empresa especializada ocorrerá "sob demanda", assim como já é visto no quadro do Anexo II - Modelo de proposta de preços. Confira-se:

Apresentamos nossa proposta comercial relativa ao Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme item 4 do Anexo I e item 9.2 do Edital, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da sua preparação.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, SOB DEMANDA , NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA PELA CONTRATADA.
--

79. Quanto à hipótese de tratamento diferenciado e preferencial para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), observa-se que o edital (5055108 - subitem 2.5), a fim de atender à previsão constitucional^[7], e à Lei Complementar nº 123/06, consolida benefícios aplicáveis na seara das licitações públicas aos participantes compreendidos no conceito de micro ou pequena empresa, nos termos e condições ali delineadas; sendo certo que, em decorrência da estimativa apresentada para a contratação, na espécie ora pretendida, não há que se falar em processo licitatório destinado exclusivamente à participação às micro e às pequenas empresas, tampouco o uso de cotas exclusivas, conforme disposição constante no artigo 47 c/c o art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar 123/2006, muito embora o item 6 do Termo de Referência atualizado (5001539) esteja divergindo da realidade proposta pelo edital, a sugerir a existência de item ou lote "exclusivo às ME/EPP"; e, por conseguinte, a exigir manifestação quanto à verdadeira intenção da Unidade Técnica requisitante quanto à discrepância vista entre os artefatos citados e, a depender, com imprescindível necessidade de adaptações quer seja no TR, quer seja na minuta do edital.

80. A título de complemento, nas licitações cujo objeto seja um lote (conjunto de bens e serviços) composto por diversos itens, cada lote colocado em disputa corresponde a um item de contratação. Por conseguinte, a proposta do licitante deve obrigatoriamente contemplar a integralidade do lote, sendo vedada a adjudicação isolada ou individualizada dos itens que o compõem.

81. Sob essa ótica, para efeito de aplicação da medida prevista no inc. I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, cada lote colocado em disputa constitui um item de contratação, devendo ser tomado em consideração o valor deste lote e não o valor individual dos bens ou serviços que o compõem.

82. É nesse sentido que se forma a orientação constante do Decreto nº 8.538/14, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da administração pública federal:

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

[...]

Art. 9º Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º a 8º:

I - será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item; e

[...]

(Destacou-se)

83. Porquanto, em licitações processadas por lotes compostos por diversos itens, mas cuja adjudicação se dará ao licitante que ofertar o menor preço global para o lote, a avaliação do valor de R\$ 80.000,00 para a realização de licitação exclusiva para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina do art. 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/06, deverá ser feita em relação ao valor estimado do lote como um todo e não em relação ao valor estimado dos itens que o compõem.

84. Superado mais este tópico, quanto às vedações de participar da licitação estabelecidas no subitem 2.6 do edital, verifica-se constar proibição expressa de participação daquele a manter vínculo com dirigente do órgão contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação/fiscalização/gestão do contrato, ou, ainda, que deles seja cônjuge/companheiro/parente até o terceiro grau, conforme exigido pelo art. 14, inciso IV da Lei 14.133/2021.

85. Tem-se, ainda, a proibição de participação de pessoa física em decorrência de justificativa técnica prevista no subitem 25 do TR (5001539), considerando que se infere a imprescindibilidade de estrutura mínima, com equipamentos, instalações, corpo técnico e outros para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme delineado pelo parágrafo único do artigo 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.

86. Observa-se, ainda, a existência de demais situações que se encontram definidas no art. 14 do Estatuto Licitatório vigente.

87. Constata-se, ainda, que não foi admitida a participação de consórcio de empresas, subitem 2.6.2, conforme solicitação e justificativa da unidade técnica no item 23 do Termo de Referência (5001539), em obediência aos arts. 15 e 18, inciso IX, ambos da Lei 14.133/2021.

88. Prosseguindo a análise, vê-se ser fixado pela alínea "b" do subitem 6.5 do edital o “intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances”, conforme definido pelo art. 57 da Lei 14.133/2021.

89. Para mais, nota-se a previsão de se utilizar o modo de disputa aberto no certame em estudo (subitem 6.6), hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos decrescentes com intervalo mínimo de diferença de valores entre eles de R\$ 0,01 (um centavo), conforme fixado pela alínea "b" do subitem 6.5 do edital, a incidir tanto em relação aos lances intermediários quanto à proposta que cobrir a melhor oferta, visto ser uma alternativa do licitante, visando otimizar o seu posicionamento na classificação da disputa, consoante art. 56, inc. I e art. 57, ambos do Estatuto Licitatório vigente c/c artigo 22, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022^[8]:

Art. 22. Serão adotados para o envio de lances os seguintes modos de disputa:

I - aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação;

II - aberto e fechado: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação; ou

III - fechado e aberto: serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

§ 1º Quando da opção por um dos modos de disputa estabelecidos nos incisos I a III do **caput**, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance

que cobrir a melhor oferta.

§ 2º Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

(Destacou-se)

90. Quanto ao critério de julgamento das propostas (também definido “forma de adjudicação”), apreende-se que foi determinado o menor preço global, conforme se verifica nas disposições constantes dos subitens 7.2 e 7.7 do instrumento convocatório (5055108) c/c as previsões dos itens 3.3.2 e 7, TR (5001539).

91. Quanto à questão, destaca-se que a critério de julgamento diz respeito à divisibilidade do objeto da licitação. A esse respeito, imprescindível mencionar que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio da sua Súmula 247 – na aplicação das disposições da Lei 8.666/93, mas que também deve ser considerando no certame realizado com base na Lei 14.133/21 (art. 18, §1º, inciso VIII; art. 40, inciso V, alínea "b"; art. 47, inciso II) - estabelece que a adjudicação por item deve ser regra, podendo ser adotado o menor preço global quando houver prejuízos para o conjunto ou complexo licitado ou perda de economia de escala. Veja-se:

Súmula 247

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

92. Em consonância com tal entendimento, destaca-se o seguinte precedente da própria Corte de Contas^[9], enfatizando-se a preferência da adjudicação por itens, desde que não haja prejuízo para o conjunto (viabilidade técnica) ou perda de economia de escala (viabilidade econômica):

Acórdão 2529/2021-Plenário

Enunciado

Incumbe ao gestor demonstrar que a ausência de parcelamento do objeto da licitação não restringe indevidamente a competitividade do certame, bem como promove ganhos para a Administração Pública. O postulado que veda a restrição da competitividade (art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993) não é um fim em si mesmo, devendo ser observado igualmente o princípio constitucional da eficiência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) e, ainda, o ganho de escala nas contratações consolidadas (art. 23, § 1º, in fine, da Lei 8.666/1993).

Acórdão 1845/2018-Plenário

Enunciado

A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados.

Acórdão 2.796/2013 - Plenário

9. Urge frisar, preliminarmente, que **a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular**. É cediço que a **Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global**, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. **Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.**

10. A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de padrões mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade.

(Original sem grifos).

93. Outrossim, conforme orientação unânime da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, veiculada no Informativo nº 873^[10], a estruturação de certame sob a modelagem de lote único — desde que amparada em motivação técnica idônea — configura exercício legítimo da discricionariedade administrativa. Essa medida, quer seja para compras (como no caso visto no informativo), quer seja para serviços (como no caso dos presentes autos), quando devidamente justificada, não importa em violação ao princípio do parcelamento do objeto. Confira-se:

Em que pese o princípio do parcelamento nas licitações, a opção administrativa pela estruturação do objeto licitatório em lote único, quando fundamentada em razões técnicas adequadas e amparada pelo art. 40, § 3º, I, da Lei n. 14.133/2021, não configura ato abusivo ou ilegal, inserindo-se no legítimo exercício da discricionariedade administrativa.

94. No caso vertente, a Unidade Técnica requisitante assim fundamentou a sua predileção pela adjudicação por preço global (item 10 - ETP, 4990879; e subitem 3.3.2. - TR, 5001539):

item 10 - ETP

Em observância ao disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, e no art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, a esta equipe de contratações conclui pela inviabilidade técnica e pelo elevado risco institucional da fragmentação do objeto em lotes, optando-se pela adjudicação em Lote Único. Tal decisão fundamenta-se, primordialmente, na necessidade de preservação da segurança institucional e na redução estratégica de vetores de exposição.

A natureza do serviço de chaveiro no âmbito do Poder Judiciário transcende a mera manutenção predial, uma vez que envolve o manuseio de mapas de chaves mestras e o acesso a áreas de segurança máxima, como gabinetes, salas de TI e depósitos de bens apreendidos. O parcelamento multiplicaria o número de empresas e funcionários com conhecimento técnico sobre os segredos e dispositivos de travamento do Tribunal, aumentando a superfície de ataque. Conforme o princípio da segurança orgânica, quanto maior a pulverização do acesso a informações sensíveis, maior a probabilidade de desvios, cópias não autorizadas ou comprometimento de sistemas, enquanto o lote único permite uma cadeia de custódia de informações muito mais rígida e controlável.

Ademais, a integridade e a padronização do sistema de mestragem são pilares centrais para a funcionalidade do TJDF, que utiliza sistemas hierarquizados de acesso com chaves mestras e subníveis. A coexistência de múltiplos prestadores em diferentes lotes geográficos ou agrupamentos de Regiões Administrativas colocaria em risco a integridade deste sistema, pois intervenções realizadas por diferentes empresas podem gerar incompatibilidades técnicas nos cilindros e perfis de chaves, invalidando o plano de mestragem centralizado. A unicidade contratual, portanto, garante que todos os materiais, como o uso de latão e perfis de segurança específicos, e os procedimentos de instalação sigam um padrão rigoroso e homogêneo em todas as unidades, evitando o "caos técnico" derivado da aplicação de múltiplas metodologias de trabalho e garantindo a longevidade dos ativos.

Sob a ótica da responsabilidade civil e penal, a fragmentação do objeto dificultaria sobremaneira a identificação de autorias em caso de sinistros ou acessos não autorizados que ocorram sem sinais de arrombamento. Com a adoção de um prestador único, a rastreabilidade torna-se absoluta, permitindo que qualquer falha na guarda de segredos ou na execução técnica seja atribuída de forma inequívoca à detentora do contrato. O parcelamento, por outro lado, criaria uma indesejada "zona cinzenta" de responsabilidade, especialmente em unidades onde técnicos de diferentes empresas poderiam ter atuado em momentos distintos, comprometendo a eficácia de eventuais apurações administrativas ou judiciais.

Por fim, a solução converge para a eficiência administrativa e a economia de escala. Embora o parcelamento vise, em tese, ampliar a competitividade, no caso específico de serviços de chaveiro, o custo operacional de gerir múltiplos contratos — incluindo fiscalização, processamento de pagamentos e conferência de Ordens de Serviço (OS) — superaria qualquer suposta economia de preço obtida na licitação. O Lote Único permite ao Tribunal centralizar a gestão de riscos e garantir que a empresa contratada possua porte e capacidade técnica suficientes para atender prontamente a qualquer unidade, independentemente da localização, mantendo um nível de serviço (SLA) uniforme e padronizado.

Conclui-se, portanto, que o parcelamento é tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso, sendo a contratação centralizada a medida que melhor atende ao interesse público e à proteção do patrimônio do Tribunal.

Subitem 3.3.2 - TR

1.1. Natureza do Objeto e Indivisibilidade Operacional

O conjunto de atividades previstas no TR é complementar e interdependente, exigindo responsabilidade unitária da contratada para garantir padrão de qualidade, tempos de resposta e continuidade do atendimento (inclusive emergencial). A fragmentação por itens poderia pulverizar responsabilidades, aumentar riscos de desalinhamento técnico e dificultar a fiscalização.

1.2. Economicidade, Eficiência e Gestão Contratual

A adjudicação por valor global: favorece a previsibilidade do dispêndio e a comparabilidade homogênea das propostas; reduz custos administrativos de gestão e de fiscalização, com único fornecedor responsável pelo desempenho integral; mitiga riscos de preços artificiais em itens específicos e de sobreposição de escopos; alinha-se ao planejamento e à gestão por resultados, permitindo avaliar o desempenho de forma integrada.

1.3. Conformidade Legal e Boas Práticas

A contratação deve observar os princípios e regras da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios da planejamento, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa (arts. 5º e seguintes), bem como os critérios de julgamento previstos em lei (art. 33). A apresentação de propostas por preço global é admitida e recomendável quando a natureza do objeto exigir execução integral com responsabilização unitária do contratado — hipótese configurada para serviços de chaveiro com atendimento continuado e emergencial conforme TR.

(Sublinhou-se)

95. Para mais, a eleição do critério de julgamento se encontra nos limites propostos pela Lei, uma vez que é possível sua adoção nos pregões (art. 6º, inc. XLI, Lei 14.133/2021) e se adequa, também, ao modo de disputa aberto; estando prevista, portanto, a apresentação de lances públicos e sucessivos na competição, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 14.133/2021.

96. Outrossim, foram definidos, também, os critérios para a aceitabilidade dos preços, de forma que as

propostas com valores superiores ao limite estabelecido no instrumento convocatório ou manifestamente inexequíveis sejam desclassificadas (item 8 do edital), conforme artigo 34, da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, reputando-se indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Confira-se:

Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Parágrafo único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

(Destacou-se)

97. Continuando no estudo dos autos, em relação à habilitação, item 10 do documento em epígrafe (5055108), identifica-se a ausência de requisitos concernentes à habilitação técnica, em decorrência de o NUCESI considerar dispensável a demonstração de capacidade técnica por meio de atestados ou declarações que comprovem ter a licitante prestado o serviço a ser licitado ou compatível com ele, consoante item 8 do TR (5001539).

98. Deveras, a concepção de qualificação técnica, em regra, é complexa e variável, havendo previsão de dispensa de sua comprovação na Lei 14.133/2021, em casos muito peculiares, no intento de dar celeridade ao processo licitatório, bem como promover a redução nos custos econômicos, informacionais e burocráticos do certame. Tome nota:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

[...]

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). (Vide Decreto nº 12.343, de 2024)

99. Quanto ao tema, Juliano Heinen^[11] adverte que a previsão em comento é dotada de presunção relativa e cabe prova em contrário:

A regra ora comentada *não permite dispensar os requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021* - e nem poderia, porque sua exigência é vinculada. *O que se dispensa é a comprovação destes requisitos*, desde que diante de uma das situações descritas no mencionado art. 70, III. Estabelece-se uma presunção relativa de que as condicionantes existem, de modo que, se assim o é, pode a Administração Pública ou outrem fazer prova em contrário. Por exemplo, não poderia se admitir que um sujeito em débito com a seguridade social contratasse com organismo estatal, dada a incidência da vedação do art. 195, § 3º, da CF/88.

(Sem sublinhamentos no original)

100. Ainda assim, fica ao alvedrio da Administração Pública, na fase interna do processo licitatório, aquilatar as características do objeto a ser adquirido para estabelecer a extensão das exigências a serem impostas aos licitantes, inclusive a pertinência de se exigir a comprovação de capacidade técnica profissional e operacional, sendo-lhe obrigado considerar que somente é permitido exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, inc. XXI, Constituição Federal).

101. À vista disso, é lícito cogitar que em objetos de menor complexidade seja renunciado o requisito de demonstração de capacidade operacional. Todavia, a este Tribunal se impõe o reconhecimento da imprescindibilidade de se motivar, de maneira expressa e amparada em razões de ordem técnica, as exigências apostas em edital atinentes à qualificação técnica exigida dos interessados. Da mesma forma, eventual dispensa de requisito de demonstração de qualificação técnico-operacional deverá ser expressamente justificada, a partir das peculiaridades do objeto licitado. Significa dizer, então, que o gestor está capacitado a identificar a prescindibilidade de se aferir a habilitação do licitante em face da certeza da satisfação da futura contratação.

102. Nesse sentido, Heinen^[12] aduz:

Essa dispensa autorizada pelo dispositivo mencionado é ato *discricionário*. Contudo, caso a Administração Pública opte por deixar de exigir a comprovação da habilitação, seja total ou parcialmente, deverá motivar expressamente.

(Sublinhou-se)

103. Desse modo, o NUCESI motiva de maneira explícita, na fase interna do processo licitatório e com base em razões de ordem técnica, a dispensa de comprovação da capacidade técnico-operacional dos licitantes, com a demonstração da sua pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado, nos seguintes termos (subitem 8.2.1.1., alínea "b" TR, (5001539):

Não existe a exigência de certificação para a formação do profissional que exerce o serviço de Chaveiro. Também, oportuno esclarecer que o serviço de chaveiro é de baixa complexidade..

104. Portanto, nesse aspecto, vale registrar que, em razão do princípio da segregação de funções, a prevalência do aspecto técnico ou a presença de juízo discricionário determina a competência da autoridade administrativa pela prática do ato, bem como sua responsabilidade por ele, não competindo a esta CJA qualquer ponderação acerca do mérito de suas considerações técnicas para se cogitar em renunciar ao procedimento de comprovação em tela, por se tratar de questão não afeta ao seu campo de atuação, em observância à Boa Prática Consultiva nº 7 da Advocacia-Geral da União - AGU, já alhures citada.

105. Progredindo no estudo, o subitem 10.2. do documento sob exame assevera que, para a habilitação jurídica, têm-se os seguintes requisitos:

10.2. Documentação relativa à **Habilitação Jurídica**:

10.2.1. No caso de **empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.2. Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico do [Governo Federal](#);

10.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

(Destacou-se)

106. Ainda, conforme dito no ponto 85 deste Parecer, a minuta em comento, em seu subitem 2.6.10, veda a participação de pessoa física, em virtude de a contratação em epígrafe exigir estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais para a execução do objeto, dado as características peculiares de armazenamento, conservação e logística incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

107. A Instrução Normativa SEGES/ME Nº 116, que estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal, considera-se pessoa física todo trabalhador autônomo que não possui vínculo de subordinação na execução do objeto da contratação pública. Isso inclui, entre outros, os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual. Confira-se:

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa, considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, **incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual**, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

(Destacou-se)

108. Da mesma forma, são os ditames editalícios (5055108):

2.6.10.1. Considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

109. Dessa feita, o empresário individual (firma individual), que é uma modalidade jurídica com registro e

características específicas, não é considerado uma pessoa física para os efeitos do normativo em comento, que estabelece, expressamente, o empresário individual não ser equiparado a uma pessoa física, no contexto de participação em processos de contratação pública.

110. Na mesma toada, o microempreendedor individual - MEI, não obstante ser uma figura jurídica que abre uma empresa individual com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas - CNPJ, não se encaixa na definição de pessoa física, para efeitos de participação em processos licitatórios, conforme mencionado na instrução em tela.

111. Logo, o conteúdo do subitem 10.2 se coaduna com as previsões normativas.

112. Acerca do reajuste de preços, verifica-se o §7º do art. 25 da Lei 14.133/2021 apontar que “Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos”. (Sem grifos no original)

113. Analisando a minuta do instrumento convocatório, observa-se o item 17 indicar que os valores contratuais serão reajustados anualmente, observando às disposições das Leis 8.383/91, 9.069/95 e 10.192/01, utilizando-se como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tendo como data-base o orçamento estimado pela Administração, cuja data é 06.03.2026, conforme o mapa condensado juntado ao andamento 5011727.

114. A respeito do tema, Marçal Justen Filho^[13] ensina que:

13. A obrigatoriedade da previsão de índice de reajustamento (§7º)

O §7º destina-se a afastar controvérsias diversas, que geravam disputas intensas sob a égide da legislação anterior, relativamente ao reajustamento de preços. Existem fortes argumentos no sentido de que a regra deveria ter sido incluída no art. 92 da Lei 14.133/2021.

13.1 Breve considerações sobre o reajustamento de preços

O reajustamento de preços é um mecanismo para assegurar a preservação da identidade do contratual. Consiste na vinculação do valor contratual a um índice de variação de preços. Isso significa que o valor contratual nominal será reajustado na medida da variação do índice.

13.2 Reajustamento condicionado ao decurso de doze meses

A legislação determina que o reajustamento apenas pode ser aplicado em virtude do decurso do prazo de doze meses.

13. 3 Contratos com prazo vigência inferior a doze meses

Sob vigência da legislação anterior era usual prevalecer o entendimento de que, em contratos com prazo de execução inferior a doze meses, seria desnecessária (se não proibida) a previsão de cláusula de reajuste.

Isso propiciava muitos problemas práticos, nas hipóteses em que se verificava a ampliação superveniente de prazos contratuais. Assim, contratos que originalmente tinham prazo inferior a doze meses passavam a vigorar por prazo superior: Isso desencadeava controvérsias sobre a aplicação do reajustamento de preços.

O §7º determinou, então, que todos os contratos, independentemente de seu prazo original de vigência, devem contemplar o índice de reajustamento de preços a ser aplicado, caso tal se fizer necessário.

13.4 Controvérsia sobre o termo inicial do prazo

O § 7º também afastou uma dúvida infundada, que se relacionava ao termo inicial do cômputo do prazo de doze meses. Alguns defendiam a tese de que o prazo seria computado a partir da data da formalização da contratação. Esse entendimento era incorreto, eis que o prazo devia ser contado a partir da data de apresentação da proposta ou da data-base do orçamento a ele vinculado. Essa solução estava expressamente prevista no art. 3º, §1º da Lei 10.192/2001.

Para superar a disputa, o § 7º determinou que o índice de reajustamento será vinculado à data do orçamento estimado, elaborado pela Administração. Por exemplo, é cabível o reajustamento em contrato com prazo de execução de seis meses se, entre o início da execução da prestação e a data de elaboração do orçamento estimado pela Administração, tiver decorrido prazo superior a seis meses. Somando-se o prazo anterior a contratação e aquele previsto para a execução do contrato, haverá prazo superior a doze meses.

115. Apura-se, ainda, a definição de que as sanções administrativas (item 19) obedecerão ao disposto na [Portaria GPR 75 de 14 de janeiro de 2022](#), cujos percentuais de multa compensatória para eventuais infrações de inexecução parcial ou total por parte do particular foram objetivamente definidos, não se limitando a mera reprodução integral dos dispositivos constantes do normativo interno, conforme orientação do NUCESI (item 22 - TR, 5001539); sendo, pois, respeitados não só os parâmetros elencados pela portaria em comento, mas também as previsões dos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

116. Outrossim, com relação à multa moratória, nota-se que a redação do subitem 19.6.3 já se encontra ajustada aos moldes da modificação perpetrada pela [Portaria GPR 1545/2024](#), que alterou a [Portaria GPR 75/2022](#); e o NUCESI,

conforme Termo de Referência (5001539 - subitem 22.1.3), cuidou de especificar, objetivamente, as regras e os percentuais a serem aplicados, uma vez que, após a edição da [Portaria GPR 1545/2024](#), estes foram retirados da norma.

117. Continuando na análise do instrumento convocatório (5055108), verifica-se que o item 21 tratou da questão relativa ao tratamento de dados pessoais, conforme previsto na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), observadas as singularidades do caso concreto e o regime de controladoria conjunta ou co-controladoria de dados.

118. Verifica-se, ainda, que o item 22 do Edital fez incluir cláusula referente à necessidade de observância da [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#) e da [Resolução 6 de 19 de abril de 2022](#), que estabelecem a conduta ética no âmbito deste Tribunal de Justiça.

119. Avançando nos estudos, apura-se, também, a inserção de conteúdo que tem por escopo atender à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação à luz da Resolução CNJ 351/2020 (item 23). Assim, em virtude da publicação da Resolução CNJ 518/2023, que trouxe modificações à Resolução em tela, verifica-se, de fato, a necessidade de sua inclusão, em virtude de a referida política de prevenção e enfrentamento deve integrar todos os contratos de prestação de serviços firmados pelos órgãos do Poder Judiciário (art. 19).

120. Já o item 24 do Edital em comento contempla previsões de atuação quando da gestão da execução contratual, definindo objetivamente atores relacionados, sob a coordenação do gestor do contrato, para garantir a efetiva realização do objeto a ser contratado, estando, assim, aparentemente de acordo com o regramento posto na Portaria GPR 586 de 30 de setembro de 2025 - que estabelece diretrizes para a aplicação do modelo de gestão por competências para as funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021, e regulamenta a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, de fiscais e de gestores de contratos e o funcionamento da comissão de contratação, no âmbito deste Tribunal.

121. Em relação à disposição constante do artigo 122 da Lei 14.133/2021, que trata da subcontratação de parte do objeto a ser licitado, observa-se que no item 25 do Edital veda a sua possibilidade. Considerando que o impedimento à subcontratação do objeto configura uma restrição ao caráter competitivo do certame, verifica-se que a unidade demandante apresentou as justificativas técnicas para a vedação referida, nos termos do subitem 28.1.1. do Termo de Referência (5001539), restando atendida a proposição em epígrafe, quanto ao aspecto da legalidade.

122. Avançando os estudos, com foco no Anexo I do referido edital (Termo de Referência), reconhece-se que foram previstos que os serviços prestados, objeto da contratação, serão recebidos de forma provisória e, posteriormente, de modo definitivo, e por servidores distintos, sendo que os serviços executados em desconformidade com o Edital e o instrumento contratual serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, de acordo com as diretrizes presentes no item 16 do Termo de Referência (5001539), cujos termos foram reproduzidos em Edital (subitem 5.14 - Anexo I), estando, assim, aparentemente de acordo com o regramento posto no inciso II do art. 140 da Lei 14.133/2021.

123. Para mais, destaca-se que restaram consignados o detalhamento da solução (item 6), bem como as obrigações da vencedora (item 7) e do TJDF (item 8), de modo alinhado ao emoldurado pela normatização de regência.

124. À oportunidade, impõe-se ter presente a impossibilidade de esta Consultoria Jurídica adentrar no mérito do arranjo técnico proposto e das obrigações assumidas, quer seja por este Tribunal de Justiça, quer seja pela vencedora; e ao mesmo tempo, assegurar que o desiderato buscado será atingido, em razão do cunho eminentemente técnico do objeto a ser contratado, inviabilizando a mensuração por parte desta CJA. O que se pode verificar é as obrigações assumidas por este Tribunal revelarem-se razoáveis, proporcionais e aparentemente exequíveis, guardando plena compatibilidade com o objeto da minuta editalícia em epígrafe.

125. Admite-se também que foram apontados, no item 10, do Anexo I (Termo de Referência) do instrumento convocatório, os critérios de sustentabilidade a serem considerados no procedimento licitatório e execução do ajuste, nos seguintes termos:

10. DA SUSTENTABILIDADE

10.1. Econômica

- 10.1.1. Reajuste Anual: por índice oficial setorial ou IPCA, na forma e data-base definidas no edital, resguardando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- 10.1.2. Reequilíbrio Econômico-Financeiro: possível mediante comprovação de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis à época da contratação, com memória de cálculo, documentos comprobatórios e análise técnica.
- 10.1.3. Repactuação: quando houver serviços com mão de obra significativa e habitual, conforme regras aplicáveis (se for o caso).
- 10.1.4. Glosas e Compensações: a Administração poderá glosar valores por serviços não conformes ou inexecutados.

10.2. Ambiental

- 10.2.1. Logística Reversa: Como requisito de sustentabilidade, a contratada deve realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de peças substituídas, apresentando mensalmente o comprovante de descarte/reciclagem.
- 10.2.2. Orientação à contratada de que o uso de documentação digital (OS eletrônica e relatórios em PDF via SEI) elimina o consumo de papel e insumos de impressão, alinhando-se às metas de descarbonização e redução de custo administrativo do TJDF.
- 10.2.3. A contratada deverá manter o local limpo, recolhendo todo o resíduo gerado.
- 10.2.4. Social
- 10.2.5. A Contratada deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aplicáveis à atividade.
- 10.2.6. Ambientes e condições seguras durante a execução dos serviços.
- 10.2.7. Havendo acidente, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração e cumprir os procedimentos legais.
- 10.2.8. Cumprir as condições estabelecidas no item 5.2 do edital no que diz respeito a:
 - 10.2.8.1. Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
 - 10.2.8.2. Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado;
 - 10.2.8.3. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social.

- 10.3. Serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60, inciso III da Lei 14.133/21.

126. Nesse esteio, aponta-se que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz uma série de inovações relacionadas à busca pelo desenvolvimento sustentável, pautando, inclusive, nos termos de seu art. 5º, o desenvolvimento nacional sustentável como princípio e objetivo das contratações públicas.

127. Cabe à Administração ajustar a busca por contratos vantajosos (princípio da eficiência e da eficácia) com o desenvolvimento nacional e sustentável. Assim, os procedimentos de compras públicas não tem como se desvencilhar de pautas alusivas à justiça social, ao fomento de natureza econômica e questões ambientais, apanhadas pelo abrangente amálgama da sustentabilidade^[14].

128. Assim, vale destacar que esses requisitos de sustentabilidade não se restringem a critérios ambientais, havendo possibilidade de previsão de requisitos financeiros, sociais etc. No aspecto, destacam-se os esclarecimentos trazidos por esta CJA no texto publicado no [Informativo CJA 06/2021](#), como também no [Informativo CJA 08/2023](#).

129. Algumas das principais ferramentas da Lei 14.133/2021 para implementação de contratações sustentáveis estão situadas nos objetivos das licitações públicas (art. 11); na análise do ciclo de vida do objeto e do impacto ambiental na fase preparatória da licitação (arts. 11, I e 18, VIII); na margem de preferência (art. 26) e critérios de julgamento (art. 39); nos meios de comprovação dos requisitos sustentáveis (arts. 41 e 42); e na possibilidade de remuneração variável e contrato de eficiência (art. 144), entre outros.

130. Assim, reconhecendo a limitação técnica desta unidade acerca da questão, tem-se que foram apresentadas as informações necessárias pela unidade solicitante, com o propósito de atender aos comandos da Lei 14.133/2021, consoante orienta a multicitada BPC 7, do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU.

131. Sobre esse tema, observa-se que a SEMA, em sede de análise preliminar e no intento de assegurar a conformidade normativa, o alinhamento entre os artefatos e a adequada motivação das escolhas de planejamento, fez suas considerações técnicas a fim de reforçar os controles relacionados à sustentabilidade nas contratações (4947530), resultando no teor do item 10, do Anexo I.

132. Ainda assim, a título de contribuição com os esforços da SEMA, recomenda-se aos Gestores do Contrato a leitura do [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 7ª ed. \(2024\)](#), publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU); da [Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010](#), lavrada pelo Ministério do Planejamento, e Orçamento; bem como da [Cartilha Como Inserir Critérios de Sustentabilidade Nas Contratações Públicas](#), publicada pela Consultoria-Geral da União (CGU). Esses documentos, embora não sejam de caráter vinculativo ao Poder Judiciário, apontam boas práticas a serem adotadas pela Administração pública de forma ampla.

133. Ainda neste ponto, quanto à dimensão social da sustentabilidade, tem-se na presente contratação não ser aplicado o critério de desempate, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei 14.133/21, regulado pelo Decreto 11.430/23, que trata das ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, por não tratar da contratação de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

134. Logo, a minuta de Edital atualizada e juntada aos autos (5055108) foi integralmente analisada e este Órgão de Consultoria reconhece o artefato reunir cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie,

resguardados os apontamentos ocorridos.

135. Finalizada a análise dos termos do instrumento convocatório, passe-se, enfim, ao exame do teor da minuta do Contrato (5057482).

136. Em relação ao instrumento proposto, importante registrar a não incidência das disposições constantes do artigo 95 da Lei 14.133/2021 - por se verificar existir obrigações das partes que se protraem no tempo, de modo a estipular, em etapas, as obrigações a serem cumpridas e a transação a ser formalizada não possuir efeito imediato.

137. Vale, ainda, mencionar que o art. 92 da Lei 14.133/2021 lista, de maneira ampla, as cláusulas consideradas obrigatórias em todos os contratos administrativos. Veja-se:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

§ 2º De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§ 5º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

138. Nessa perspectiva, verifica-se que a minuta contratual elaborada e juntada aos autos (5057482), com suas vinte e oito cláusulas e seus quatro anexos, aparentemente, sob o ponto de vista jurídico-formal, atendeu aos requisitos listados, aplicáveis à presente contratação.

139. Em finalização ao estudo do caderno processual, quanto à indicação da existência de dotação orçamentária necessária à realização da despesa, observa-se a Secretaria de Recursos Orçamentário e Financeiros - SEOF indicar que os recursos encontram-se disponíveis na LOA/2026, sob a classificação funcional programática 02.061.0033.4234.0053 - Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal, categoria econômica 3 – Despesas Correntes (PTRES 168473), sendo compatíveis com o PPA e com a LDO, nos termos do disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo, portanto, às disposições legais e normativos internos concernentes ao assunto (5090610).

140. Assim, verificada a correta formalização do procedimento sob exame e analisada a minuta do Edital do Pregão e seus Anexos 5055108, observa-se que foram atendidos os princípios constitucionais e legais, ressalvados os apontamentos supracitados, encontrando-se pendente **a aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, bem como autorizada a abertura da licitação, pela Autoridade Competente, em atenção ao artigo 2º, caput (princípio da motivação) e parágrafo único, VII, da Lei 9.784/1999 (justificativa da necessidade da contratação).**

141. Ante o exposto, em atenção às disposições do art. 53 da Lei 14.133/2021, a Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência após realizar o controle prévio de legalidade, mediante análise jurídica da contratação, em especial do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico 005/2026 (5055108) e seus Anexos, **manifesta-se pela possibilidade da realização da licitação, ressalvados os apontamentos indicados acima.**

142. É o Parecer, que segue devidamente assinado eletronicamente, para que se dê o regular prosseguimento ao feito.

À consideração superior.

ALEXANDRE ADÃO FERREIRA
Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência

Realizado o controle prévio de legalidade, mediante análise jurídica da contratação, em especial da minuta do Edital do Pregão Eletrônico 005/2026 (5055108) e dos seus Anexos, nos termos do artigo 53 da Lei 14.133/2021, **APROVO** os termos do Parecer supra, por seus próprios e jurídicos fundamentos, **desde que observados os apontamentos levados a efeito no referido estudo.**

Registre-se a desnecessidade de que os autos retornem a esta Consultoria para verificação do cumprimento das recomendações apontadas, em consonância com a orientação da BPC 5, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União – AGU.

À Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - SEG, para regular prosseguimento.

ANA AMÉLIA MAESTRACCI DE TOLENTINO
Consultora-Chefe

[1] TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de Licitações Públicas Comentadas**. 13ª ed. rev. ampl. e atual., Salvador: Juspodivm, 2022, p. 155.

[2] BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 2273/2024**-Plenário.

[3] Sem prejuízo ao conteúdo do art. 23, da Lei 14.133/2021.

[4] No mesmo sentido: BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão 1875/2021** - Plenário.

[5] JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021, p. 591-592.

[6] *Ibidem*. p. 268-269.

[7] O Estatuto Político Fundamental, em seu artigo 170, aduz como um dos princípios básicos da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Ademais, no artigo 179 do mesmo diploma, traz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

[8] Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

[9] Não obstante firmado sob a égide da revogada Lei 8.666/1993, os referidos precedentes preservam sua higidez e plena aplicabilidade, dada a simetria de sua *ratio decidendi* com os princípios estruturantes da Lei 14.133/2021.

[10] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Informativo de Jurisprudência: nº 873](#). Brasília, DF: STJ, 9 dez. 2025. Acesso em: 27 abr. 2026.

[11] HEINEN, Juliano. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/2021**. 6.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora JusPodivm, 2025, p. 596.

[12] *Ibidem*. p. 596.

[13] *Ibidem*. p. 420-421.

[14] Nesse sentido: NIEBUHR, Joel de Menezes. **Crítica à utilização das licitações públicas como instrumentos de políticas públicas**. Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC), Curitiba: Zênite, n. 272, p. 983-988, out. 2016.

CJA, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Amelia Maestracci de Tolentino, Consultor(a)-Chefe**, em 29/04/2026, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Adao Ferreira, Consultor(a)**, em 29/04/2026, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5118584** e o código CRC **A1483D1E**.